

METODOLOGIAS DE PESQUISA SOCIAL PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE: O COMPROMISSO PARTICIPATIVO COM AS PRÁXIS TERRITORIAIS POPULARES

SOCIAL RESEARCH METHODOLOGIES FOR UNDERSTANDING REALITY: PARTICIPATORY COMMITMENT TO POPULAR TERRITORIAL PRACTICES

 Rafaela Lopes de Sousa ^A

^A Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil

Recebido em: 13/03/2024 | 30/01/2025 DOI: 10.12957/tamoios.2025.82799

Correspondência para: Rafaela Lopes de Sousa (rafaela_lps@hotmail.com)

Resumo

As metodologias de pesquisa social participativas são fundamentais para a compreensão da realidade, especialmente quando se trata do compromisso com as práticas territoriais populares de povos tradicionais em situação de vulnerabilidade. Este enfoque metodológico valoriza a interação e o diálogo entre pesquisadores(as) e sujeitos sociais, reconhecendo a importância das experiências vividas e dos conhecimentos locais. Ao adotar uma abordagem participativa nas pesquisas geográficas, as metodologias de pesquisa social poderão promover a democratização do processo de pesquisa a partir da sensibilidade científica, dialogada junto às comunidades, permitindo que estas participem ativamente na definição do que está sendo pesquisado. Além disso, ao se comprometer com as práticas territoriais populares, essas metodologias visam não apenas compreender a realidade, mas também contribuir para a transformação social e o empoderamento das comunidades locais. Isso envolve não apenas a produção de conhecimento acadêmico, mas também a promoção de ações concretas que visem melhorar as condições de vida e fortalecer os laços sociais dentro de comunidades tradicionais. Nesse sentido, trabalhar no âmbito da ciência geográfica com metodologias de pesquisa social representa um compromisso ético e político com a justiça social e a construção de uma sociedade mais igualitária e participativa.

Palavras-chave: Pesquisa participativa; Ciência geográfica; Metodologias participativas.

Abstract

Participatory social research methodologies are fundamental for the understanding of reality, especially when it comes to the commitment to popular territorial practices of traditional peoples in vulnerability situations. This methodological approach values interaction and dialogue between researchers and social subjects, recognizing the importance of lived experiences and local knowledge. By adopt a participatory approach to geographic research, social research methodologies can promote the democratization of the research process based on scientific sensitivity, dialogued with communities, allowing them to actively participate in the definition of what is being researched. Furthermore, by committing to popular territorial practices, these methodologies aim not only to understand reality, but also to contribute to social transformation and the empowerment of local communities. This involves not only the production of academic knowledge, but also the promotion of concrete actions that aim to improve living conditions and strengthen social ties within traditional communities. In that regard, working within the scope of geographic science with social research methodologies represents an ethical and political commitment to social justice and the construction of a more egalitarian and participatory society.

Keywords: Participative research; Geographic science; Participatory methodologies.

INTRODUÇÃO

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY-NC-SA 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.





Compreender as dinâmicas territoriais de realidades sociais complexas e variadas demanda a adoção de abordagens metodológicas que ultrapassem a superficialidade das análises tradicionais, comumente utilizadas nos processos investigativos na academia. Em contextos marcados por profundas desigualdades, processos de exclusão e intensos conflitos territoriais, a pesquisa social desponta como uma ferramenta essencial, capaz de desvendar as complexidades que permeiam e atravessam a sociedade. Nesse cenário, junto às estratégias vinculadas à pesquisa social, as metodologias participativas emergem como um referencial indispensável, ao estabelecerem uma articulação entre o rigor científico e a prática cotidiana, ao mesmo tempo em que conferem centralidade à saberes sociais e à valorização dos sujeitos no processo de produção do conhecimento.

A pesquisa participativa traz, em seu cerne, a contraposição aos modelos convencionais de pesquisa, que frequentemente reforçam relações hierárquicas e distantes entre pesquisador(a) e sujeito social, perpetuando uma perspectiva que, ao invés de valorizar as vozes daqueles(as) em situações de vulnerabilidade, traz uma invisibilidade velada. Em contraste, essa abordagem propõe um diálogo contínuo e horizontal, integrando os(as) participantes(as) nos processos investigativos e promovendo não apenas uma leitura aprofundada da realidade, mas também a possibilidade concreta de sua transformação. Tal proposta se torna ainda mais relevante ao considerar as práxis territoriais populares, caracterizadas pela atuação de movimentos sociais, comunidades tradicionais e coletivos diversos em suas lutas diárias.

Particularmente na América Latina, essas práxis estão intrinsecamente conectadas às resistências contra os impactos devastadores do modelo econômico neoliberal, que converte terras, águas e outros bens comuns em mercadorias destinadas à acumulação de capital. Diante disto, pensar em metodologias de pesquisa que sejam participativas é despontar a investigação acadêmica como um instrumento capaz de desvendar os processos de conflitos, vulnerabilidades e problemáticas enfrentadas por populações marginalizadas, destacando suas estratégias de resistência ao modelo econômico. Nesse contexto, a pesquisa deixa de ser um ato meramente contemplativo, para assumir um papel ativo e comprometido com a realidade daqueles(as) que vivenciam múltiplas formas de opressão.

A partir das perspectivas acima destacadas propomos, neste artigo, debater acerca das potencialidades das metodologias participativas enquanto ferramentas para a compreensão e o fortalecimento das práxis territoriais populares, a partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar. Reflexionamos a partir da colonialidade do saber, que se insere em uma perspectiva de negação dos sujeitos pensantes considerados inferiores, como também na negação de direitos, de saberes, levando à perda das identidades construídas ao longo de suas jornadas. Nesse sentido, versaremos sobre como essas práticas podem contribuir para a consolidação de uma ciência social engajada, orientada pela emancipação dos sujeitos.

REFLEXÕES A PARTIR DA COLONIALIDADE DO SABER E SUAS IMPLICAÇÕES

Iniciamos este manuscrito a partir da Abya Yala ⁽¹⁾, nossa morada, nossa terra, nosso território. Para chegar ao entendimento das metodologias de pesquisa participativa, precisamos compreender, inicialmente, porque precisamos nos emancipar desse “colonialismo” e dessa “colonialidade”, que atingiu e atinge nosso modo de pensar, de viver, de existir e como isto tem relação com a construção das pesquisas sociais no âmbito da ciência geográfica. Historicamente, a América Latina esteve habitada por diversos povos originários, com seus



costumes, suas tradições, suas culturas, seus modos de vida. Podemos destacar os povos astecas, maias, incas e povos indígenas de diversas etnias, pelos quais tinham suas próprias organizações e suas práticas. Com o avanço violento dos invasores europeus, a Abya Yala foi amplamente colonizada e se tornou, o que conhecemos hoje, por América Latina. Segundo Saquet (2022, p. 17):

A colonização é violenta e passa pela exploração do colonizado por parte do colono, transformando em espectador, receptor, assim, o colonizado é esmagado, coisificado, no interior do “mundo colonial colonizatório”. A massa colonizada é considerada, pela burguesia, como se fosse homogênea, indistinta, nos níveis técnico, político e cultural, como massa “condenada” à subordinação e dependência”.

O colonialismo, portanto, só reforçou e reproduziu as injustiças e as suas dominações sobre os povos originários, a partir de sua compreensão de “superior” e “inferior”, em que tais povos vão ser obrigados a assumir uma postura de dominado e de servidão, (Saquet, 2022), tendo a opressão e a exploração como parte de suas vidas e de seus territórios, pois estes eram considerados “selvagens” e precisavam ser “cristianizados”. Nesse sentido, concordamos com Aimé Césaire (1978), quando este afirma que a colonização dialoga com a barbárie, a partir da negação pura e simples da própria civilização. Torna-se um movimento que carrega em seu cerne a demonização de seres que viviam ou vivem diferentemente de seus modos de vida, que veem os povos originários dignos de serem escravizados e dominados ou seja:

Provam que a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a ação colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundada no desprezo, tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se dar boa consciência, se habita a ver no outro o *animal*, se exercita a tratá-lo como *animal*, tende objetivamente a transformar-se, ele próprio em animal (Césaire, 1978, p. 23-24).

Mesmo com o fim do período colonial, as marcas da colonização continuam presentes nos dias de hoje, principalmente na vida dos povos que viveram e vivem com a experiência da colonização (Assis e Souza, 2019) e estão vinculados ao modo de produção capitalista, que ao se estabelecer como um sistema econômico global, amplifica as desigualdades, hierarquias e mecanismos de exploração. As estruturas de dominação, inicialmente moldadas pela colonização, são apropriadas e transformadas pelo capitalismo, que as utiliza como alicerce para suas estratégias de acumulação de capital e difusão mercadológica. Portanto, a colonialidade ⁽²⁾ ainda está presente em muitos aspectos de nossa vida, trazendo influências cada vez mais fortes em nossas formas de ver o mundo, a saber: a colonialidade do **poder** (refere-se à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação e o processo europeu de expansão colonial), do **ser** (refere-se à colonização e seus impactos na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados), do **crer** (imposição de religiosidades) e do **saber** (produção de conhecimento vinculado às perspectivas eurocêntricas de produção de conhecimento). Muitas vezes, somos levados a pensar e agir sob a perspectiva do padrão eurocentrado.

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho



acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

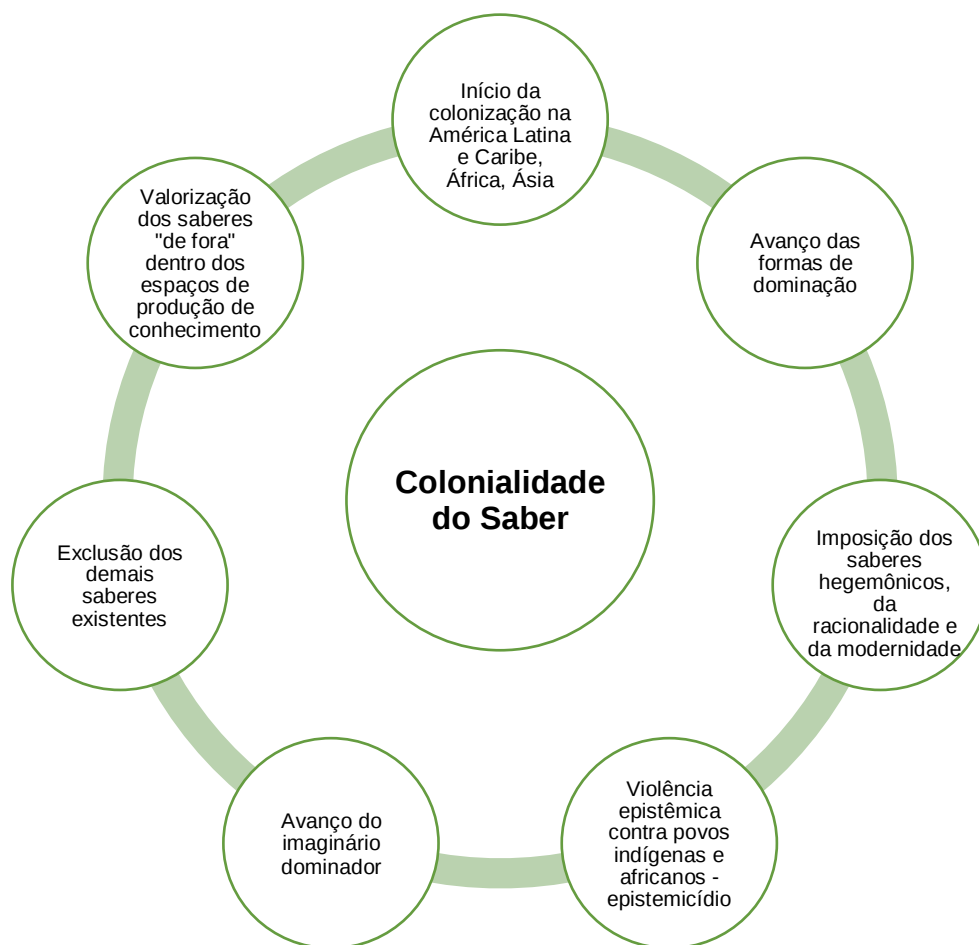
Durante séculos, aprendemos a linguagem do colonizador, o sistema, a forma de ver o mundo, nos obrigando a seguir um padrão embranquecido e cheio de opressões e violências. Há, portanto, o controle das noções de conhecimento presentes em povos tradicionais. Tais saberes são vistos como inferiores e são desqualificados e até mesmo dizimados, configurando o que é denominado de **epistemicídio** ⁽³⁾. Mais uma vez, o colonialismo europeu e posteriormente, o norte-americano finca seus preceitos para dominar povos e exterminar os conhecimentos indígenas e africanos.

Sueli Carneiro (2005) nos mostra, de maneira bastante sábia, que há diferentes mecanismos que deslegitimam os conhecimentos dos grupos dominados, a partir do rebaixamento da capacidade cognitiva. Nesse sentido, podemos compreender que a colonialidade do saber perpassa por um ideário hegemônico, tanto cognitivo, como epistêmico e possui padrões de construção de pensamentos com base no “euro-norte-centrismo” dominante e opressivo, dentro do sistema que estamos inseridos. Corroboramos com Aníbal Quijano (2002), quando este analisa os processos de dominação europeia e norte americana sob a ótica do conhecimento. Para o colonizador, o conhecimento europeu e norte-americano é superior aos demais, e este saber deve ser valorizado e vangloriado, enquanto os outros devem estar à margem da sociedade, não sendo considerados válidos.

Devido à influência do colonizador no saber produzido em suas antigas colônias, mesmo após a quebra de vínculo, as ex-colônias continuam adotando um padrão eurocêntrico na sua produção em razão de centenas de anos de duro cerceamento e controle cultural metropolitano. Não obstante, foi implantado de maneira lenta e gradual, ao longo de centenas de anos, que o conhecimento do velho continente sempre foi superior aos demais. E somente tal conhecimento permitia a formação de hipóteses válidas – uma vez que muitas informações produzidas fora do eixo do poder eram desconsideradas, ou simplesmente compradas e reescritas aos moldes do conhecimento colonizado” (Pertile, 2020, p. 314).

Portanto, a expansão do conhecimento europeu e norte-americano traz a supremacia e o predomínio epistêmico, impondo formas de pensar, impondo também saberes, conceitos, classificações, que não condizem com a realidade dos nossos territórios. Esses sistemas de conhecimento, estruturados sob a lógica colonial e centrados no modelo de produção de conhecimento ocidental, não apenas desvalorizam, mas frequentemente deslegitimam as formas de saberes tradicionais, profundamente conectados às vivências, práticas e cosmologias próprias de cada povo e comunidade. A imposição dessas categorias e classificações, apresentadas como universais e absolutas, funciona como um mecanismo de subordinação, silenciando as diversas epistemologias e culturas que definem as realidades territoriais de maneira única. É notório como a forma de colonizar está presente nas diversas estruturas do sistema-mundo atual e como isto continua transformando-nos em sujeitos subalternos e vistos como inferiores, desprovidos da capacidade de raciocínio, de pensamento. Qualquer pensamento não branco ocidentalizado deve ser considerado inválido ou devem ser dizimados. De acordo com Mignolo (2010) e Saquet (2022), a modernidade e a colonialidade são processos que estão ligados, são pares indissociáveis e estão diretamente relacionados à subalternização e à dominação em diferentes níveis.

Organograma 1 – Síntese das formas de Colonialidade do Saber



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Com a criação de novos espaços de produção de conhecimento e com o avanço das ciências, vemos cada vez mais o predomínio das formas de pensar, de ver, de crer e de conhecer. Somos condicionados, diariamente, a pensar e valorizar saberes que são produzidos sob uma outra perspectiva de vida, sob a ótica do dominador e muitas vezes achamos que aquele saber é considerado correto e universal, quando na verdade, esses saberes são impostos em nossas vidas, fruto de uma colonização perversa que nos atinge até os dias de hoje. Há, portanto, um predomínio e negação de todas as formas do conhecimento que não se pautem nos princípios epistemológicos e das regras metodológicas das ciências dominantes e segue-se, portanto, um modelo de ciência *colonial-ortodoxo-cristão-conservador-europeu-norteamericano*.

Com isto, cientistas, pesquisadores(as), professores(as), pensadores(as) são condicionados a seguir um modelo colonizado de ciência, impondo dentro das próprias instituições de ensino uma práxis extremamente acadêmica, que não dialoga com os povos tradicionais, que reproduzem conceitos, metodologias, métodos, teorias que não condizem com nossas realidades. Torna-se um **intelectual burguês**. Segundo Saquet (2022, p. 43) afirma que o intelectual burguês “analisa de “cima para baixo”, posicionando-se no cume da pirâmide construída por ele mesmo, num movimento de reprodução da dominação política, epistêmica e territorial”.

Este tipo de intelectual reforça cada vez mais os métodos de colonização e de dominação intelectual, que reproduzem conteúdos, conceitos completamente descolados da nossa realidade



e da realidade dos povos e comunidades tradicionais. Além disso, há uma reprodução das formas de dominação em que, ao reproduzir o discurso da colonização, estes formam:

...discípulos taticamente adestrados, que por sua vez, normalmente, dão continuidade à relação dominador-dominado, com seu mestre anterior, e seus discípulos, agora, como formador/dominador/adestrador, negando o outro como sujeito livre para escolher como ser que também pensa e compreende, reflete e explica” (Saquet, 2022, p. 44).

Assim, estrutura-se uma ciência cada vez mais eurocêntrica, academicista, conservadora, que nega os saberes que também devem ser considerados válidos. Com isto, o intelectual burguês avança nas suas definições e formas de fazer pesquisa (de gabinete), propugnado em sua zona de conforto, sem a menor preocupação em levar os conhecimentos para fora das instituições de ensino. Para que melhor forma de reprodução da colonização do saber como essa? Devemos, afinal, nos questionar: *para que/quem serve a ciência? Para que/quem serve a ciência geográfica?*

Há, nas instituições de ensino, formas modernas de dominação, que se configura aqui como uma dominação entre o intelectual/professor(a)/pesquisador(a) e o(a) estudante. Este último sendo considerado como apenas um objeto a ser disciplinado, ensinado, que não tem emoções, saberes, conhecimentos e que são dignos de serem subalternos. É necessário, portanto, subverter esses paradigmas dominantes. Nota-se que o período histórico marcado pela colonização que perpassa desde o colonialismo do poder, do ser, do crer e chegando ao colonialismo do saber trazem em seus cernes a permanência de um sistema colonial, hierárquico e que reproduz a racionalidade e a cultura do outro. Respiramos, vivemos, comemos, bebemos, lemos, reproduzimos, a colonialidade. A academia, bem com os outros espaços, deve enxergar as diversas epistemologias que existem, as diversas formas de viver, de ser, de existir, de pensar. Não há como ter um discurso político “decolonial”, quando na prática, não existe qualquer compromisso ético, social, político com a sociedade com aqueles(as) que enfrentam situações cotidianas de opressão, subalternização, conflitos, dentre outros.

Para tal, temos enquanto objetivo, neste artigo, de analisar metodologias de pesquisa social e participativas para compreender a realidade de povos e comunidades tradicionais, enfocando o compromisso ético-participativo com as práticas territoriais populares. Além disso, buscamos também aprofundar a reflexão acerca das nossas práticas acadêmicas de investigação social, visto que não dá mais para sustentar uma ciência essencialmente hegemônica, moderna ou pós-moderna, burguesa, academicista, eurocêntrica, sem qualquer preocupação ou compromisso social. Precisamos estabelecer uma contra-hegemonia. Precisamos discutir pensadores(as) negros, latino-americanos, africanos, mulheres, indígenas. Eles e elas existem e devem ser dignos de serem lidos, ouvidos e citados.

TRILHAS E CAMINHADAS DA METODOLOGIA CIENTÍFICA: BASES PARA A COMPREENSÃO DE UMA PESQUISA ENGAJADA

Muitos intelectuais pensaram a Ciência ⁽⁴⁾ a partir desse ideário do sistema de dominação e exclusão social, e houveram inúmeras contestações a esse modelo científico instaurado, a partir da identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno, colonizado e excludente. Esse movimento científico trouxe uma profunda reflexão epistemológica sobre o conhecimento acadêmico, para que este pudesse dar conta de entender



e solucionar problemas da sociedade contemporânea. A ciência continua sem respostas e sem propostas concretas para resolver tais problemas sociais como: conflitos, desigualdades, fome, violência, pobreza, preconceitos, pois a hegemonia da própria ciência se processa em dimensões políticas e de domínio do poder e, muitas vezes, ela serve para dinamizar ainda mais as desigualdades existentes e produzir para aqueles que dominam e oprimem. Alguns desses caminhos alternativos surgem com a crise da ciência moderna, que se deu a partir da análise das condições teóricas e das condições sociais. O século XX é marcado pelo processo de industrialização crescente e, portanto, há a necessidade de analisar as desigualdades estabelecidas tanto no campo científico como no campo social. Há o surgimento do paradigma emergente ou paradigma social (Azevedo *et al.*, 2008).

Nessa perspectiva, para dar conta das complexidades e das subjetividades da sociedade, caberia à essa ciência contra-hegemônica, propor mudanças teórico-metodológicas para pensar as questões sociais e os conflitos advindos com a modernidade-colonial de nosso tempo, indo contra a “colonialidade do saber”, discutida anteriormente. Partindo deste pressuposto, consideramos que as mudanças na forma de pensar se configuram a partir de epistemologias de cunho emancipatório e se destacam pela ruptura dos ideais hegemônicos instaurados no campo acadêmico. As emergências de tais paradigmas se caracterizam como uma ruptura de um modelo colonial e dominante das ciências, e se colocam na desconstrução de um marco histórico definido pela modernidade. Nesta forma de fazer ciência, nenhum saber deve ser desconsiderado e o conhecimento do “senso comum”, deve ser orientado pelo cotidiano e as metodologias introduzidas na pesquisa devem seguir caminhos contra-hegemônicos, com a participação efetiva do(a) pesquisador(a) junto aos sujeitos sociais.

Vem-se adotando atitudes pluriepistêmicas ⁽⁵⁾ dentro dessa “nova ciência” que busca romper com o padrão estabelecido pela ciência normal, acolhendo saberes que vão para além dos científicos (Rigotto; Leão; Melo, 2018), que se caracterizam pelo diálogo de saberes, materializado através dos criadores de saberes, incluindo aqueles que estão situados em outros campos do conhecimento e que não são considerados acadêmicos, mas que estão alinhados com os saberes populares. Nesse sentido, a partir da compreensão dos desafios que são colocados diante das realidades das pesquisadas engajadas socialmente, é possível perceber que a metodologia a ser empregada em nossa investigação é uma das partes mais importantes, pois exige cuidado, ética, respeito e compromisso. Trata-se também da busca por teorias e metodologias de cunho **decolonial**, termo este utilizado em estudos realizados por Quijano (2005, 2007), Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Mignolo (2017), Rigotto, Aguiar e Ribeiro (2018), Lima e Almeida (2019), dentre outros(as) em que tentamos pensar a partir de uma outra epistemologia (do Sul) para os estudos agrários.

Na ciência pensada a partir da perspectiva decolonial, é necessário refletir e pôr em prática o exercício da “desobediência epistêmica”, caracterizada por “caminhos alternativos, inspirando-nos em postulados epistemológicos das teorias críticas e descoloniais” (Rigotto; Leão; Melo, 2018, p. 357). Nesse sentido, é necessário pensarmos a ciência, a pesquisa, o(a) pesquisador(a), os sujeitos sociais e a complexidade/realidade a partir da realidade que está sendo estudada.

O pensamento que inclui os saberes populares são epistemes que se pautam nas práticas e nos modos de vida, da realidade subjetiva dos sujeitos sociais, visibilizando as experiências históricas dos povos e comunidades tradicionais, que historicamente sofrem profundos impactos de ordem social, ambiental, cultural e político configurando-se, portanto, em territórios em situação de conflito, partindo da imposição de injustiças que seguem o alinhamento do colonialismo (Sousa e Cavalcante, 2021).



Por isso, tais escolhas teórico-metodológicas se tornam desafiadoras, por incidir, portanto, de avaliações críticas sobre os métodos e as técnicas de pesquisa, indo contra a dita “neutralidade científica” ⁽⁶⁾, uma vez que nos identificamos com a *ciência orientada pelo ativismo*, como propõe Martinez *et al* (2014), pois “[...] here, civil society organization sand academics indirectly strenghtene a chother's mission through na iterative process of examining and analyzing events, claims, strategies, and conflicts” ⁽⁷⁾ (Martinez-Alier *et al.*, 2014, p. 21, grifo nosso). A crítica que se faz presente nas pesquisas geográficas deve nos levar a romper com os paradigmas dominantes (ou, pelo menos, é isso que se espera). É necessário, portanto, superar a ciência moderna e seus moldes coloniais e considerar os pressupostos pluriepistêmicos e orientados, portanto, por técnicas, métodos, metodologias e teorias que deem conta das realidades sociais (e naturais). É neste sentido, portanto, que as escolhas teóricas e metodológicas devem buscar a compreensão das realidades empreendidas pelo enfrentamento contra as perversidades do modelo hegemônico de produção, que se configura enquanto um modelo trazido pelo modo capitalista, criando desigualdades sociais, econômicas, culturais, etc., tentando ir contra a reprodução dos paradigmas hegemônicos que atendem às necessidades do mundo globalizado, colonizado e moderno. Para tanto, criam-se teorias, métodos e metodologias que permitem qualificar a descolonização da ciência (Mignolo, 2003), confrontando os ideários coloniais postos na academia (Sousa e Cavalcante, 2021).

Descolonizar impõe o desafio da invenção, da criação de novas metodologias de investigação, bem como o desafio de trabalhar com novas formas de linguagens. Não bastam conceitos e teorias descoloniais, precisamos a construção de metodologias outras que permitam o diálogo entre distintos saberes e diferentes matrizes de racionalidades [...]. Não é possível produzir conhecimento descolonial com métodos coloniais (Cruz, 2017, p. 31).

Portanto, é importante que rompamos com o paradigma dominante das pesquisas científicas e com a hegemonia do saber científico colonial. É necessário que possamos subverter o ideário do colonizador que está presente em diversos âmbitos da sociedade. É a partir disso que, neste artigo, buscaremos cocriar novos rumos e novas possibilidades teóricas, metodológicas e epistêmicas que tenham compromisso territorial, social e popular, feita do povo, para o povo e com o povo.

A PESQUISA SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA GEOGRAFIA

A realidade social se desdobra a partir de um dinamismo da vida individual e coletiva dos seres contendo subjetividades, significados, compreensões de mundo diversas, epistemes, dentre outros. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria produzida e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos, os conceitos, as formulações das ciências que, por sua natureza, são sempre referidos e recortados, são incapazes de conter a totalidade da vida social (Minayo, 2016).

As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias que são capazes de ter uma maior aproximação com a existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, elas abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados (Minayo, 2016) e isto pode ser observado nos métodos e metodologias em pesquisa social.



Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais. Assim, o conceito de pesquisa aqui adotado aplica-se às investigações realizadas no âmbito das mais diversas ciências sociais, incluindo Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Economia etc. (Gil, 1999, p. 42).

A partir do exposto acima, podemos entender que a pesquisa social está ligada não só às ciências sociais, mas a diferentes campos. Traz um esforço em reforçar as nuances **qualitativas** das realidades sociais, compreendendo as diversas dimensões e complexidade dos sentidos que corroboram com as epistemologias emergentes nas ciências, muito embora na própria pesquisa social tenhamos tipos de pesquisa que não dialogam e sequer se preocupam com as realidades sociais, os problemas e as subjetividades dos sujeitos.

A pesquisa social empírica e compreensiva é realizada por pesquisadores de diferentes campos [...] É preciso dizer que dentro do campo das Ciências Sociais, há pesquisadores que só trabalham com a abordagem quantitativa e outros que utilizam a qualitativa. É importante ressaltar também que o foco nos estudos qualitativos traz uma diferença em relação aos trabalhos quantitativos que não é de *hierarquia* e sim de *natureza*. Enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística visam a criar modelos abstratos ou a descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, são recorrentes e exteriores aos sujeitos, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados (Minayo, 2016, p. 20).

Mesmo com as discordâncias teórico-metodológicas presentes na própria pesquisa social essa, muitas vezes, se (re)cria nas formas de construção de conhecimento que dialogue com os problemas estruturais da sociedade, tentando seguir um compromisso ético (ou pelo menos espera-se) com os sujeitos a serem pesquisados, indo além daquilo que nos é repassado na academia. Espera-se que a pesquisa social seja, pelo menos, criativa e interpretativa (Demo, 2008), considerando as demandas que existem em sociedade e havendo um compromisso ético e político para que esse tipo de pesquisa possa, minimamente, evidenciar problemas sociais a partir da totalidade e da complexidade (Morin, 2005).

O que mais bem sustenta a pesquisa social, entretanto, é o desejo crescente de conhecer a sociedade melhor, tanto em suas faces quantitativas, quanto sobretudo qualitativas. Em sua complexidade dramática, não linearidade exuberante, a sociedade se manifesta e esconde, salta e se anestesia a torto e a direito, irrompe e submerge cá e lá, de tal sorte que, quanto mais sabemos, sabemos principalmente que nada sabemos, com dizia Sócrates. Aprendemos também que o melhor resultado da pesquisa é alimentar a discussão, não acabar com polêmicas, estabelecer a verdade, impor linhas retas (Demo, 2008, p. 22).

Fica evidente que há a valorização do sentido subjetivo dos sujeitos sociais, visando não somente a compreensão interna do ser (como a análise da psiquê humana, por exemplo), mas também, as ações que acompanham as realidades de cada sujeito, atrelado também à interpretação geral da realidade social (Rosenthal, 2014). Há, na pesquisa social, o reconhecimento dos significados das relações sociais e das estruturas da sociedade, que nos levam a compreensão da totalidade histórica que se constituem na ordem social, principalmente no mundo globalizado e emergente do capitalismo. Nesse sentido, a partir



das análises socioespaciais, que estão incluídas na pesquisa social, a Geografia precisa, também, apropriar-se dessa metodologia de pesquisa.

O distanciamento estabelecido entre a Geografia e os sujeitos e territórios reflete-se na sua epistemologia, que revela uma ruptura estabelecida entre o conhecimento popular e o conhecimento científico-acadêmico, cujas pesquisas geográficas nem sempre são pensadas a partir das demandas dos sujeitos e dos territórios, mas sim orientadas por objetivos que não dialogam com a realidade concreta. Nesse sentido, considera-se que a Geografia tem o papel de realizar suas pesquisas a partir do diálogo de saberes para um fim prático, que agregue as formas do pensar, do saber e do fazer geográfico (Sousa e Cavalcante, 2021, p. 07).

Portanto, a pesquisa social atrelada à Geografia “...deve acompanhar a sociedade em todo seu processo de luta, sendo parte da sua formação política, e não encarada como um mero instrumento externo às crises sociais, às características da área e do cotidiano local, regional e nacional” (Aragão, 2016, p. 51). Portanto, atrelar a pesquisa social à Geografia requer entender as singularidades sociais, ajustando-se às demandas sociais, tendo em sua base a criticidade para o andamento do processo investigativo. A pesquisa social atrelada à Geografia, torna-se, portanto, um elemento chave para que se possa compreender mudanças sociais, podendo conectar teoria e prática, adequando os métodos e metodologias às necessidades e problemas vigentes em sociedade.

Definida como a ciência da organização do espaço, a geografia até agora negligenciou seu próprio fundamento de cientificidade. Desprestigiados por todos quantos preocupam-se com as questões da teoria e da prática da transformação social, os geógrafos não alcançaram o quanto o desprestígio reflete uma incomoda realidade. Os geógrafos não perceberam que o que lhes falta é pôr os pés no seu próprio chão, e, então, propor uma teoria do espaço, que seja uma teoria social (Moreira, 1982, p. 13).

A partir do que Ruy Moreira (1982) destaca, percebemos que é necessário que a Geografia se dedique a compreensão crítica e totalitária da realidade, e isto só será possível a partir da inclusão de metodologias e procedimentos metodológicos que consigam abranger os fenômenos sociais que estão sendo investigados. Eis o nosso desafio: trazer a pesquisa social para as pesquisas geográficas, pois sabemos o quão necessário é a difusão da sistematização do conhecimento na produção científica que busca um engajamento social. Nesse sentido, é importante aplicar metodologias que se adequem às realidades dos sujeitos sociais pesquisados, sem desvincular os contextos e experiências dos indivíduos que habitam esses territórios. Cabe ao(a) pesquisador(a) refletir e adotar metodologias de pesquisa que se ajustem às singularidades e complexidades dos contextos nos quais os sujeitos estão inseridos. É sob essa perspectiva que a pesquisa social, com seu caráter ético e político, se torna central, pois propõe uma interação aproximada junto aos territórios que estão sendo pesquisados. A utilização de metodologias participativas, por exemplo, emerge como uma maneira eficaz de garantir que a pesquisa geográfica não se resuma a uma análise distanciada, a partir da incorporação de métodos e metodologias que dialoguem com os sujeitos de maneira integrada. Assim, ao integrar a pesquisa social aos estudos geográficos, sejam eles de quaisquer áreas, é importante manter uma práxis investigativa que dialogue e amplifique as vozes de pessoas em situação de vulnerabilidade torne o conhecimento uma ferramenta de transformação social marcando, portanto, a descolonização epistêmica da ciência geográfica.



A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE COMO FORMA DE APREENSÃO DAS REALIDADES

No processo investigativo, o ato de observar é de fundamental importância, pois é através dele que conseguimos apreender situações, realidades, pessoas, costumes, hábitos e acontecimentos. É através dessa metodologia que podemos ter uma noção mais generalizada sobre determinado fenômeno. Tem sua base o empirismo e exige que o(a) pesquisador(a) tenha um olhar atento e crítico para que se possa tirar conclusões científicas.

Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso. A observação torna-se uma técnica científica a partir do momento em que passa por sistematização, planejamento e controle da objetividade. O pesquisador não está simplesmente olhando o que está acontecendo, mas observando com um olho treinado em busca de certos acontecimentos específicos. A observação ajuda muito o pesquisador e sua maior vantagem está relacionada com a possibilidade de se obter a informação na ocorrência espontânea do fato. Não se trata apenas de ver, mas de examinar (...) A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa, principalmente com enfoque qualitativo, porque está presente desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, ou seja, ela desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa (Queiroz, *et al.* 2007, p. 277).

Conforme os autores acima destacaram, a observação é parte imprescindível para a pesquisa, pois é a partir dessa metodologia que construímos o problema da pesquisa, criamos hipóteses, coletamos os dados necessários e fazemos a análise crítica daquilo que está sendo observado. A observação tem, em seu cerne, o rigor participativo do(a) pesquisador(a), em que este está presente nas atividades daquele determinado grupo social e há uma interação mais ampliada com o que/quem está sendo pesquisado. Isto faz com que este tipo de investigação seja de grande relevância para a compreensão de fenômenos sociais (ou mesmo naturais) e que nos permite ter conclusões mais críticas e detalhadas sobre determinado problema.

Segundo Queiroz *et al.* (2007), esta metodologia de pesquisa foi introduzida inicialmente pela escola de Chicago, por volta de 1920, e foi duramente criticada e contestada por pesquisadores da época e deixada de lado por muito tempo. Entretanto, sabemos que a ciência por si só não dará conta de compreender e nem muito menos resolver problemas sociais, se permanecer em um âmbito de análise positivista e estruturalista. Precisamos ir além, e a observação participante nos auxilia a compreender minimamente as realidades sociais, sem deixar de lado o rigor metodológico necessário para os processos investigativos.

Nesta metodologia de pesquisa, a ética precisa estar presente, pois estamos lidando com grupos de pessoas vulnerabilizadas, culturas diferentes, modos de vida diferentes. O(a) pesquisador(a), portanto, pode apreender aquela realidade social, captar conflitos, tensões presentes, para que se possa ter um estudo mais estruturado que possa servir ou auxiliar aquele grupo de pessoas na resolução de seus problemas.

Caso o(a) pesquisador(a) opte por trabalhar com esta metodologia de pesquisa, é necessário que haja uma maior aproximação com os grupos sociais a serem analisados e exige uma postura ética e crítica. É um desafio, pois se for um grupo de pessoas que nunca teve uma experiência desse tipo, pode causar desconfiças e isto pode dificultar o processo da pesquisa. É importante que a inserção seja feita de maneira gradual, dialógica e sem imposições



hierárquicas, tendo uma preparação minuciosa, com consulta prévia junto aos sujeitos da pesquisa.

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí porque se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (Gil, 2008, p. 103).

Portanto, o(a) pesquisador(a) não é somente um mero espectador do que está sendo analisado, mas este se coloca também dentro daquela realidade social. Este tipo de metodologia auxilia não o(a) pesquisador(a) em sua fase exploratória da pesquisa, mas também faz com que possamos criar um senso crítico mais apurado frente às perversidades sociais vigentes em nossa sociedade.

Vale ressaltar ainda que essa metodologia, em conjunto com as outras metodologias de pesquisa aqui abordadas, nos permitem vivenciar de maneira plena aquilo que está sendo observado/pesquisado. Utilizar esta metodologia por si só nos limita a apenas observar os fenômenos, mesmo que de maneira participativa. Portanto, para além da observação participante, é importante que utilizemos de outras metodologias que nos deem base para uma investigação mais completa e ao mesmo tempo engajada.

A PESQUISA PARTICIPANTE COMO FORMA DE ENGAJAMENTO SOCIOPOLÍTICO

Concomitante à observação participante, consideramos em nossa pesquisa os fundamentos da pesquisa participante. Esta metodologia de pesquisa teve sua formulação a partir de autores como Orlando Fals Borda e Brandão (1987) e Paulo Freire (1986), com seus ideários de educação popular e que hoje integram esse rol de referências básicas de metodologias participativas de pesquisa (Brandão e Streck, 2006), dando base para que outros(as) pesquisadores(as), de diversas áreas pudessem, aplicá-la em suas pesquisas. Brandão e Borges (2007) nos levam a compreender como deve ser pensada e elaborada a pesquisa participante, destacando que o ponto de partida é a realidade social concreta (assim como a observação participante), tomando as totalidades da estrutura e das dinâmicas sociais como base fundamental das análises científicas de base crítica.

De acordo com Brandão (2006) ainda destaca que a pesquisa participante se apresenta como uma alternativa de “ação participante”, demonstrando que uma pesquisa é participante não porque os sujeitos sociais populares participam como coadjuvantes dela, mas porque ela se projeta e se realiza através da participação ativa e crescente de tais sujeitos. Além disso, a pesquisa é “participante” não apenas porque “há uma proporção crescente de sujeitos populares que participam de seu processo, mas sim, como uma alternativa à criação de conhecimento social” (Brandão, 2006, p. 29). Além disso, podemos considerar que nessa metodologia de pesquisa, há a participação de processos importantes voltados para uma ação social transformadora popular e emancipatória.

Ao contrário do método de pesquisa tradicional, em que a objetividade e a neutralidade eram a condição para ser reconhecido como científico, a pesquisa participativa acredita que podemos conhecer em profundidade alguma coisa da vida da sociedade, ou da cultura, quando o(a) pesquisador(a) se envolve e se compromete com o que investiga. Como indica Brandão (1999),



a intenção premeditada da relação que se estabelece constitui o outro como alguém também sujeito, e não objeto, de pesquisa (Moretti e Adams, 2011, p. 454).

Nesse sentido, a pesquisa participante implica a participação do(a) pesquisador(a) de maneira consolidada, construindo o problema da pesquisa junto aos sujeitos sociais envolvidos de maneira interativa, horizontal e dialógica, a partir da escolha dos procedimentos metodológicos a serem trabalhados no percurso investigativo. O intuito da pesquisa participante é de trazer o sujeito social para participar de maneira integrativa na pesquisa, superando as dicotomias que existem entre sujeito-objeto e buscando a coprodução de conhecimento, centrada nas vivências e nas necessidades de grupos sociais dominados que foram, durante muito tempo explorados, tendo como finalidade, conscientizá-los de seus problemas e propor e atuar em vista de soluções concretas (Gabarrón e Landa, 1994). Ainda sobre a definição de pesquisa participante, Schmidt (2006) nos aponta que:

A pesquisa participante abriga um sem-número de discursos e práticas de pesquisa qualitativa em ciências humanas: matrizes e modelos de pesquisa reivindicam o termo que, historicamente, foi se desdobrando em tendências ou linhas teórico-metodológicas que, embora aparentadas, apresentam singularidades que as distinguem [...] O termo participante sugere a controversa inserção de um pesquisador num campo de investigação formado pela vida social e cultural de um outro, próximo ou distante, que, por sua vez, é convocado a participar da investigação na qualidade de informante, colaborador ou interlocutor. Desde as primeiras experiências etnográficas, pesquisador e pesquisado foram, para todos os efeitos, sujeitos e objetos do conhecimento e a natureza destas complexas relações estiveram, e estão, no centro das reflexões que modelam e matizam as diferenças teórico-metodológicas (Schmidt, 2006, p. 13).

Por isso, entendemos que os pressupostos observados dentro da pesquisa participante contemplam nossas perspectivas e linhas de pensamento, principalmente por entender que essa metodologia empreende à criação do saber de maneira horizontal, o qual dialoga entre os mais variados campos do conhecimento aliados, sobretudo, com compreensão da realidade que está sendo observada. Todo conhecimento que é criado se materializa através dos(as) criadores(as) de saberes, incluindo aqueles(as) que estão situados em outros campos do conhecimento, até mesmo não considerados acadêmicos. Concordamos com Gonsalves (2006) que “esse esforço impõe ainda a necessidade de lidar de perto com tipos de pesquisas denominadas participantes, que afirmam a necessidade de o pesquisador envolver-se para conhecer” (Gonsalves, 2006, p. 245).

Consideramos, então, que a participação dos sujeitos na pesquisa permite a criação de uma teia de ideários que nos levam ao aprofundamento daquela realidade estudada. Porém, compreender as outras realidades não significa um distanciamento de nossas significações, mas, que antes de tudo, é uma junção e uma construção destes sentidos com as dos outros. Ao captarmos a essência da pesquisa participante e seu movimento constante, ao incorporar as pessoas, os saberes, os conhecimentos, os valores, as culturas e as visões de mundo, entendemos o lado empírico-subjetivo-dialógico-integrativo deste processo metodológico, o qual envolve além da observação trabalhada anteriormente, uma participação efetiva junto aos sujeitos envolvidos. Embora tenha prioridade no entendimento do empírico, esta abordagem nunca deixa de colocar questões relativas às discussões de cunho teórico.

É nesse sentido que, enquanto pesquisadores(as), devemos nos agarrarmos às metodologias de pesquisa participativa, pois é possível perceber que esta poderá nos auxiliar na compreensão das realidades presentes em territórios de estudo. O caráter coletivo, as entrevistas, as reuniões de discussão com as participantes, as oficinas, enfim, a relação dialógica entre pesquisadora e comunidades tradicionais nos leva a nos debruçarmos sobre as



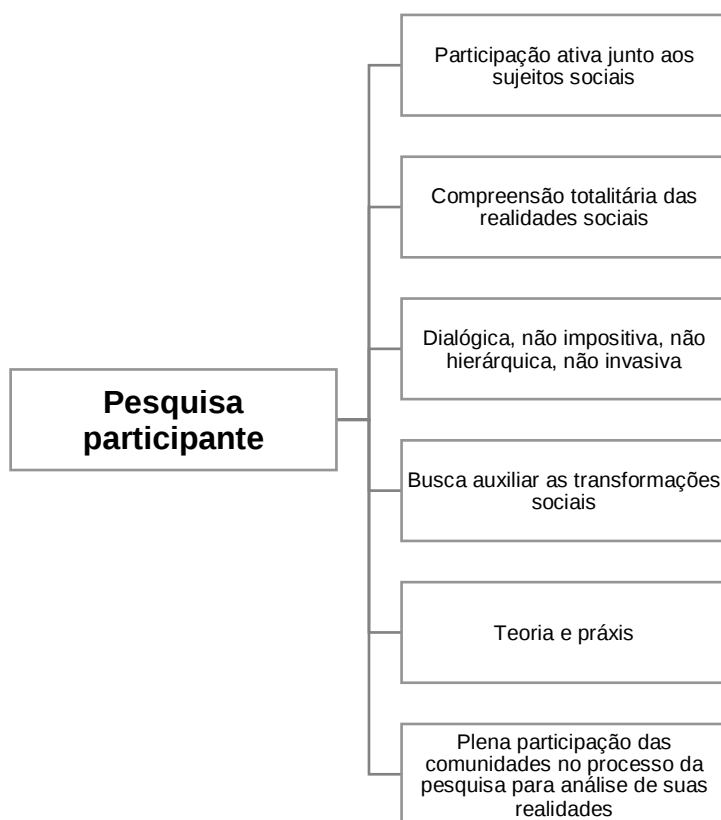
metodologias e procedimentos metodológicos que dialoguem com a pesquisa participante. Com isto, as vivências nas comunidades são forças propulsoras que nos auxiliam a pensar formas mais participativas e dialógicas no processo de produção do conhecimento, a partir de uma relação mais aproximada entre pesquisador(a) e sujeitos sociais, buscando superar o silenciamento e a invisibilidade que os povos tradicionais passam. Faz-se necessário, portanto, a imersão engajada nos territórios, que se destaca para além das de levantamentos bibliográficos/leituras realizados. A partir dos trabalhos de campo, temos também a possibilidade de conhecer a realidade de diversas comunidades, a partir da imersão nas problemáticas destacadas, evidenciando as interações e o comprometimento que uma pesquisa engajada exige. Sanches e Soares (2017, p. 417) afirma que:

A inserção de uma pesquisadora em qualquer comunidade exige uma profunda interação com seu objeto de estudo. Talvez, o trabalho que envolve um objeto de estudo tão complexo quanto uma comunidade faz o “problema de pesquisa” ter outro significado. Não se trata de um problema abstrato, imóvel ou constante, mas da vida de diversas pessoas que demandam resoluções culturais, educativas e emancipatórias. Ademais, deve-se evitar a distinção positivista que separa sujeito de objeto de estudo, evitando o antagonismo de opiniões e experiências. O mais importante é o que a comunidade traz como experiência de vida em coletivo. As impressões, percepções e anseios de seus moradores darão a orientação para o planejamento de ações visando a sua própria organização na luta por direitos.

Portanto, a visão que os autores trazem, coloca-nos frente ao pensamento da pesquisa participante, levando à compreensão de questões complexas que estão sendo estruturadas no seguimento das pesquisas que buscam um engajamento social efetivo junto aos territórios de povos e comunidades tradicionais. É a partir dessa metodologia que se estruturam as premissas que nos auxiliam nas respostas às questões que são relatadas relativas à ciência, o seu papel e a quem ela serve, pois, justamente, a pesquisa participante tem por objetivos dar aos(as) pesquisadores(as) e grupos participantes os meios para serem capazes de responder ou compreender melhor os problemas e a situação que se concretiza na realidade, além de trazer o(a) pesquisador(a) para uma integração mais ampliada junto aos territórios.

No processo de construção de uma ciência libertadora e de metodologias de pesquisa que deem conta de apreender as realidades sociais, precisamos ter aportes teórico-metodológicos e epistêmicos bem direcionados e que condigam com o contexto que está sendo estudado e que possam não somente auxiliar o pesquisador a ter um posicionamento crítico de determinada situação, mas também que possa colaborar para que os sujeitos envolvidos possam identificar, por si só, os seus problemas, e que estes possam realizar a análise crítica e buscar soluções para as adversidades de seus cotidianos (Le Bortef, 1984).

Organograma 5 – Síntese das principais ideias da metodologia da pesquisa participante



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Nesse sentido, a pesquisa participante busca a integração do(a) pesquisador(a) junto aos grupos sociais, rompendo com as barreiras que são colocadas diariamente entre pesquisador(a) e pesquisado(a). É a partir dessas noções e da busca pela subversão que buscamos a criação de laços e vínculos entre aquelas que estão conosco nesta empreitada. Isto faz com que os sujeitos sociais criem confiança em nossos trabalhos, além de levá-los(as) a ter mais liberdade para falarem, expressarem e dialogarem sobre os mais diversos assuntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões acima supracitadas, é possível perceber que a insurgência aos modelos hegemônicos de produção de conhecimento pode nos oferecer bases para o caminho da luta e para um verdadeiro engajamento junto aos sujeitos sociais, sejam eles(as) mulheres, indígenas, quilombolas, camponeses(as), ribeirinhos(as), sem-terra, sem-teto, dentre outros, formando uma rede de solidariedade e resistência.

Em síntese, tais metodologias desempenham um papel crucial na construção de um conhecimento mais autêntico e representativo, especialmente ao comprometerem-se com as práticas territoriais populares. Ao adotar abordagens que promovem o diálogo e a participação



ativa das comunidades locais, tais metodologias não apenas buscam compreender a realidade, mas também contribuem para a emancipação desses grupos e para a promoção de uma pesquisa mais ética e inclusiva. O compromisso com as práticas territoriais populares não se limita à esfera acadêmica; ao contrário, representa uma aliança efetiva com as aspirações e desafios enfrentados pelas comunidades, visando não só a interpretação da realidade, mas também a ação transformadora e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Para a ciência geográfica, as metodologias de pesquisa participativa desempenham um papel crucial no processo de compreensão e abordagem dos desafios sociais, ambientais e culturais enfrentados pelas comunidades de povos e comunidades sociais. Essas abordagens colocam os sujeitos sociais no centro do processo de pesquisa, reconhecendo que elas são protagonistas de suas próprias realidades e capazes de contribuir de forma significativa para a produção de conhecimento.

A importância de aplicar as metodologias de pesquisa participativa nas pesquisas em Geografia reside em alguns aspectos, pelos quais podemos citar: 1) Envolvimento das comunidades tradicionais no processo de pesquisa, dando visibilidade às vozes das pessoas que frequentemente são marginalizadas ou excluídas; 2) Através da pesquisa social-participativa, esse conhecimento local pode ser valorizado e integrado às análises geográficas, enriquecendo-as com perspectivas diversificadas e uma compreensão mais integrada e totalizada dos territórios pesquisados; 3) Poderá contribuir para a promoção da justiça social e ambiental, visto que, ao envolver os membros das comunidades no processo investigativo, será possível identificar e confrontar as disparidades territoriais e buscar soluções que atendam às necessidades dos sujeitos sociais envolvidos; 4) O envolvimento dos territórios tradicionais tornará a implementação, a análise dos dados e os resultados da pesquisa mais relevantes, confiáveis e legítimos. Isso poderá contribuir para a aceitação e apropriação dos resultados pelas próprias comunidades, aumentando aspectos contributivos do meio acadêmico para a sociedade.

Nesse contexto, as metodologias socialmente engajadas revelam-se ferramentas valiosas para a superação de desigualdades e injustiças presentes diante do avanço perverso do capitalismo nos modos de vida de povos e comunidades tradicionais, ao propiciar uma compreensão totalitária e empática da realidade vivida pelos territórios populares. Através do compromisso com as práticas locais, tais metodologias não apenas enriquecem o campo da pesquisa social, mas também se consolidam como instrumentos fundamentais para a construção de estratégias e políticas que verdadeiramente atendam às necessidades e demandas das comunidades, promovendo, assim, um processo contínuo de co-labor-ação e aprendizado mútuo entre pesquisadores(as) e comunidades tradicionais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida para a execução desta pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará.

NOTAS



1 - Os povos originários que viviam no que hoje conhecemos por América Latina denominavam este território como Abya Yala. Esta significa, segundo o povo Kuna (povo originário da Serra Nevada, na Colômbia, que habitou diversos outros territórios da América Latina e do Caribe), como Terra madura, Terra Viva ou Terra que floresce.

2 - O conceito de colonialidade foi pensado e articulado pelo sociólogo Aníbal Quijano, em finais dos anos 1980, tendo como base de análise a América Latina. De acordo com o autor: “La colonialidade es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de America” (Quijano, 2000, p. 342). Ou seja, a colonialidade é perpetuada mesmo com o fim da colonização, resultando em um padrão de continuidade de ideias, ações e opressões que se relacionam com as formas de dominação empreendidas no período colonial.

3 - De acordo com Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio pode ser compreendido a partir das múltiplas ações que se articulam e se relacionam a partir da violência simbólica, da neutralização, da desumanização e do controle, com o intuito de exterminar modos de vida e conhecimentos de sujeitos sociais. Com isto, há um forte aumento de conhecimentos eurocêntricos produzidos por grupos dominantes, estruturando o apagamento de diversas formas de conhecimento que não se enquadrem nos modelos epistêmicos hegemônicos.

4 - Podemos compreender a Ciência como a partir da perspectiva do conhecimento de mundo, como “uma forma especial de conhecimento que tem por objetivo formular, mediante linguagem rigorosa e apropriada, leis que regem fenômenos” (Gil, 2021, p. 02). Tais leis são orientadas pelas seguintes características: racional, objetiva, sistemática, geral, verificável e falível.

5 – Compreendemos este conceito sob a perspectiva da produção e sistematização de conhecimentos que abarquem uma pluralidade de pensamentos e reflexões, rompendo com a linearidade que se restringe à validação exclusiva dos saberes acadêmicos estabelecidos.

6 - Importante destacarmos como a ciência, durante muito tempo, se posicionou neutra, objetiva e imparcial, sendo produzidas apenas para observar fatos, comprovar dados através da experimentação.

7 - “Aqui, as organizações da sociedade civil e os acadêmicos, indiretamente, fortalecem a missão uns dos outros por meio de um processo interativo de examinar e analisar eventos, reivindicações, estratégias e conflitos”. Tradução nossa.

REFERÊNCIAS



- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ARAGÃO, João Paulo Gomes de Vasconcelos. Tópicos sobre pesquisa social em Geografia no âmbito dos Institutos Federais no Brasil—apontamentos introdutórios. **Revista Principia-Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, n. 29, p. 46-60, 2016.
- ASSIS, Washington Luiz dos Santos; SOUZA, Sergio Luiz de. Colonialismo e desigualdades sociais: ensaio teórico para a construção de um pensamento crítico pós-colonial. **Simbiótica Revista Eletrônica**, p. 159-171, 2019.
- AZEVEDO, Dulcian Medeiros de *et al.* Paradigmas emergentes: um ensaio analítico. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 10, n. 3, 2008.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Dados**, v. 60, p. 505-540, 2017.
- BORDA, Orlando Fals; BRANDÃO Carlos Rodrigues. **Investigación participativa**. Montevideo: Edições da Banda Oriental, 1987.
- BORDA, Orlando Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. **IV Seminário do Observatório de Educação do Campo SC/PR/RS**. Florianópolis, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Uberlândia: **Revista Ed. Popular**, v. 06, n. 1, p. 50-62, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. (Tese de Doutorado), Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2005.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: IESCO, p. 09-24, 2007.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.
- CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.
- DEMO, Pedro. Pesquisa social. **Serviço Social & Realidade**, p. 11-36, 2008.
- ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FURTADO, Fabrina Pontes *et al.* **Raça, gênero e classe**: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.
- GABARRÓN, Luis Rodrigues; LANDA, Libertad Hernández. Investigación participativa. In: **Cadernos Metodológicos 10**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.
- GONSALVES, Elisa Pereira. Pesquisar, participar: sensibilidades pós-modernas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LE BOTERF, Guy. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 51-81, 1984.
- LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de; ROCHA, Mayara Melo. O conhecimento no contexto dos conflitos ambientais e a pedagogia do território como práxis acadêmica emancipatória. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40, **Anais...** ANPOCS, Caxambu, 2016.



- LIMA, Graziela dos Santos; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da organização do conhecimento: reflexões para a construção de socs multiculturais. **ISKO Brasil**, v. 6, n. 2, p. 530-524, 2019.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007.
- MARIA, Pedro de Castro. Ciência, modernidade e pós-modernidade. **Revista angolana de sociologia**, n. 12, p. 65-75, 2013.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. et al. Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. Arizona: **Journal of Political Ecology**, v. 21, p. 19-60, 2014.
- MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Ediciones Akal, 2003.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Ediciones del signo, 2010.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, 2017.
- MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. Petrópolis: Vozes, p. 33-63, 1982.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. **Educação e realidade**, v. 36, n. 02, p. 447-463, 2011.
- MYNAIO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- PERTILE, Kimberly Victória. Colonialidade do ser e saber: geopolítica do conhecimento e análise do sistema ONU. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 13, n. 25, 2020.
- QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Rev. Enferm. UERJ**, p. 276-283, 2007.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I. Journal of world-systems research**. v.6, n.2, pp. 342-386, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. El nuevo imaginario anti-capitalista. **Movimientos sociales y democracia en el Perú de hoy**, p. 45, 2002.
- QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 2-130, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: IESCO, 2007. p. 93-126.
- RIGOTTO, Raquel Maria et al. Desvelando as tramas entre saúde, trabalho e ambiente nos conflitos ambientais: aportes epistemológicos, teóricos e metodológicos. In: RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Orgs.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 163-214.
- RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- RIGOTTO, Raquel Maria; LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de. A pedagogia do território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 345-396.
- ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Rio Grande do Sul: Edipucrs, 2014.
- SANCHES, Nanashara D'Ávila; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. O uso da pesquisa-ação como metodologia para a compreensão e a atuação nos processos de remoção e reassentamentos de comunidades vulneráveis. In: PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; RAMIRES, Julio Cesar de Lima (orgs.). **Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017.



- SAQUET, Marcos Aurelio. **Singularidades**: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica. Rio de Janeiro. Consequência, 2022.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. São Paulo: **Psicologia USP**, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006.
- SOUSA, Rafaela Lopes de; CAVALCANTE, Leandro Vieira. Práxis epistêmica da pedagogia do território: contribuições decoloniais à geografia. **GEOGRAFIA**, v. 46, n. 1, p. 1-20, 2021.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

SOUSA, Rafaela Lopes de. Metodologias de pesquisa social para a compreensão da realidade: o compromisso participativo com as práxis territoriais populares. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 21, n. 1, p. 218-237, 2025. Disponível em:
<https://doi.org/10.12957/tamoios.2025.82799>. Acesso em: DD MMM. AAAA.